

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I - Microsistema Processual Civil de Tutela da Probidade na Administração Pública	7
1.1 Improbidade Administrativa. Fundamentação constitucional. Direito fundamental ao governo honesto	7
1.2 Convenções Internacionais de combate à corrupção.....	23
1.3 A tutela da probidade administrativa. Microsistema processual civil	29
Capítulo II - Consensualidade como Novo Paradigma da Solução de Conflitos	45
2.1 Legislação sobre resolução negocial de controvérsias no campo da Administração Pública.....	54
Capítulo III - Consensualidade e Administração Pública	63
3.1 A revalorização da consensualidade na atividade administrativa e a redução da atuação unilateral	63
3.2 Destaques a alguns diplomas legais admitindo a consensualidade no Direito Administrativo.....	78
3.3 Participação do administrado, cidadania e consensualidade.....	89
Capítulo IV - Consensualidade no Direito Administrativo Sancionador	95
4.1 Delimitação do Direito Administrativo Sancionador e sanções objeto de estudo.....	95
4.2 Consensualidade e Direito Administrativo Sancionador	103
4.3 Consensualidade, pragmatismo e eficiência	110

Capítulo V - Consensualidade no Domínio da Improbidade Administrativa..	119
5.1 Improbidade Administrativa como sistema de responsabilização	119
5.2 Lei Geral de Improbidade Administrativa e Lei de Improbidade de Pessoas Jurídicas.....	122
5.3 A problemática da celebração do acordo no domínio da improbidade administrativa antes do advento da Lei n.º 13.964/2019	135
5.4 Divergência doutrinária – alguns posicionamentos.....	140
5.4.1 Pela admissibilidade de acordos	140
5.4.2 Pela inadmissibilidade de acordos	143
5.5 Não conversão da previsão da Medida Provisória n.º 703, de 18/11/2015. Inexistência de autorização expressa como fundamento para impossibilidade de celebração de acordo na Lei n.º 8.429/92	144
5.5.1 Art. 17, § 1º, da antiga redação da Lei n.º 8.429/92 e Princípio da especialidade da norma especial sobre a norma geral.....	146
5.6 Imperativo de coerência sistêmica – congruência do microsistema da tutela da probidade administrativa. Possibilidade de celebração de acordo em matéria penal e acordo de leniência com a pessoa jurídica.....	147
5.7 Conclusão sobre a possibilidade de celebração de acordo na vigência da antiga vedação do § 1º do art. 17, Lei n.º 8.429/92	150
Capítulo VI - Modalidades de Acordos no Domínio da Improbidade Administrativa	153
6.1 Acordos sem Repercussão Sancionatória.....	153
6.1.1 Termos de Ajustamento de Condutas	153

6.1.2 Acordos de ressarcimento de danos causados ao Erário.....	160
6.1.3 Outros acordos	165
6.2 Acordos com Repercussão Sancionatória.....	168
6.2.1. Acordo de não persecução cível e solução consensual na nova redação da Lei Geral de Improbidade Administrativa.....	176
6.2.1.1 Histórico da norma: processo legislativo.....	177
6.2.1.2 A nova redação da Lei Geral de Improbidade Administrativa e as possíveis interpretações de solução consensual	184
6.2.1.3 Requisitos para celebração do ANPC	189
6.2.2 Acordo substitutivo de sanções.....	202
6.2.2.1 Acordos de cessação de prática de ato de improbidade	204
6.2.2.2 Termo de Ajustamento de Conduta	211
6.2.3 Acordos como técnica especial de investigação.....	213
6.2.3.1 Acordo de Leniência	218
6.2.3.2 Colaboração premiada	230
Capítulo VII- Conclusão.....	235
Capítulo VIII – Referências Bibliográficas.....	259